

Palácio dos Bandeirantes
Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-900 - Fone: 3745-3344

Nº 182 – DOE – 27/09/18 - seção 1 – p.32

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE

Deliberação CIB - 85, de 26-9-2018

Considerando a publicação da Portaria nº 2.895 de 12 DE SETEMBRO DE 2.018 que “*Define para o exercício de 2018, a estratégia para ampliação do acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde*”;

Considerando que esta Portaria distribui o total de R\$ 250.000.000,00 para o país, ficando para o estado de São Paulo o valor financeiro de R\$ 54.277.832,24, conforme Anexo I;

Considerando a publicação dos procedimentos ambulatoriais e hospitalares que são considerados eletivos e compõem a estratégia de ampliação do acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, conforme Anexo II;

Considerando que a Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros nas competências de agosto a dezembro de 2.018;

Considerando que esta Portaria atribui à Comissão Intergestores Bipartite a pactuação quanto a organização da regulação e do agendamento dos pacientes;

A Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo – CIB/SP em reunião realizada em 20/09/2018 aprova **Nota Técnica CIB – Orientações para a ampliação do acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos**, conforme **Anexo I**.

ANEXO I NOTA TÉCNICA CIB/SP

Orientações para a ampliação do acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos

1. Serão custeados pelo componente FAEC os procedimentos constantes do Anexo II da Portaria, desde que atendidos os critérios:
 - a. Exceder a média mensal da produção aprovada pelo gestor por meio do limite financeiro de média e alta complexidade – MAC em 2.015;
 - b. Modalidade de atendimento, em caráter Eletivo – 1;
 - c. Série numérica específica conforme consta no Art. 4º, par.3º da Portaria.
2. Foi excluído do rol de procedimentos dessa estratégia, o procedimento 0407020047 – Apendicectomia laparoscópica. Os demais procedimentos foram mantidos na estratégia.
3. A Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros nas competências de agosto a dezembro de 2.018; os gestores que não interromperam execução dessas cirurgias nos meses de agosto e setembro poderão apresentar o faturamento como FAEC, e no caso de já terem apresentado como MAC, podem pedir o reprocessamento para receberem como FAEC.

4. Complementação dos valores dos procedimentos com recursos federais, até o limite de:
 - 50% para procedimentos de catarata
 - 100% para os demais procedimentos cirúrgicos eletivos
5. Não haverá construção de critérios para divisão dos recursos entre os gestores considerando a falta de tempo hábil para aprovação e o término previsto da estratégia em dezembro/2018;
6. O recurso será de acesso livre para execução a todos os gestores (Gestão Municipal e Gestão Estadual), até o montante de R\$ 54.722.832,24, e deve ser solicitado a todos os prestadores agilidade na execução;
7. Os serviços de Gestão Estadual e Municipais deverão priorizar a realização de procedimentos com maior demanda identificada pelas Centrais de Regulação/CROSS, como Hernia, Colectomia, Amigdalectomia, Varizes, Urologia, Catarata e outras.